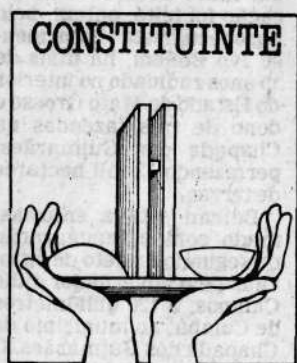


# Sarney reúne Conselho hoje

Para elaborar cartilha com realizações do Governo



## Constituição mantém papel de militares

A segurança interna e externa dos países sempre foi atribuição de suas Forças Armadas e não há razão para a Nova Constituinte alterar sua forma, afirmou ontem o ministro Leônidas Pires Gonçalves. As declarações foram dadas após a solenidade de transmissão de cargo na chefia do Estado-Maior do Exército, ao ser indagado pela imprensa sobre possíveis alterações nos arts. 90, 91, e 92 que tratam do papel das Forças Armadas no País.

A incorporação da mulher às Forças Armadas, assunto já discutido pelo Comitê de Estudos da Constituinte, é admitido pelo ministro Leônidas Pires, desde que não seja em caráter obrigatório. Segundo destacou, no caso da Força Terrestre, existem aspectos diferentes em relação às atividades dos quadros complementares existentes na Marinha e Aeronáutica. "A integração da mulher no Exército está sendo objeto de estudos pelo Estado-Maior", acrescentou.

O Ministro, que conversou demoradamente com os jornalistas, respondendo a todas as perguntas formuladas, afirmou que continua visitando os Comandos Militares para levantar os problemas dos equipamentos existentes, suas condições de emprego e outros problemas relacionados com a operacionalidade, visando a sua substituição, se inadequados. Nos próximos dias ele visitará os Comandos Militares do Nordeste e da Amazônia, onde fará palestras sobre a Força Terrestre/90, que visa a modernização do exército, sem que isso implique em aumento de efetivo.

Além do ministro Leônidas Pires Gonçalves, compareceram à transmissão de cargo da chefia do Estado-Maior do Exército, os ministros Ivan de Souza Mendes, do SNI; José Amaral de Oliveira, do EMFA, e Bayma Denys, do Gabinete Militar da Presidência e os Ministros do STM, além de oficiais-gerais da área e convidados especiais. O general-de-exército Fernando Valente Pamplona tomou posse ontem, em substituição ao general Jorge Sá Freire de Pinho, exonerado das funções por ter completado 12 anos no generalato, tempo máximo permitido aos generais de quatro estrelas.

Oriundo da Escola Militar de Resende pela Arma de Infantaria, o novo chefe do EME é o segundo mais moderno oficial-general com assento no Alto Comando, promovido ao posto pelo presidente José Sarney no dia 31 de março último, e nomeado pelo chefe da Nação para o cargo na mesma data. A chefia do EME, nas administrações anteriores, era reservada aos generais-de-exército mais antigos.

Nas despedidas do general Sá Freire de Pinho do serviço ativo, o general Leônidas Pires elogiou destacando sua conduta de profissional voltado para os interesses do Exército, onde serviu durante 47 anos. O general Pinho, nunca exerceu funções fora da força e não registra passagem por órgãos de informações.

Jorge Pinho, em seu discurso de despedida, ressaltou a satisfação por ter tido oportunidade de "participar do momento histórico vivido pela Nação, na posição que Deus me permitiu ocupar. A evolução da vida nacional, com o prenúncio de ser alcançado o equilíbrio econômico, estimula o nosso patriotismo e fortalece a nossa fé no futuro do País" — acrescentou.

A cerimônia foi no salão de Cobertura do Quartel-General do Exército (SMU).

O Conselho Político do Governo começará a elaborar hoje, no Palácio do Planalto, uma cartilha para explicar ao povo, neste ano de eleições para a Constituinte e para os Governos de Estado, as principais realizações da Nova República. O presidente José Sarney está pessoalmente envolvido na elaboração da cartilha, que terá como assunto principal o Plano de Inflação Zero.

Sarney convocou para a reunião no Palácio os líderes da Aliança Democrática (PMDB e PFL) e os ministros Paulo Brossard (da Justiça) e Marco Maciel, todos "políticos profissionais, interessados em mostrar ao povo os acertos do Governo", comenta um assessor presidencial.

Aos seus ministros e aos parlamentares mais chegados, Sarney tem dito que o êxito do plano econômico se-

rá convertido em votos nas eleições de novembro deste ano. O senador Affonso Camargo, ex-ministro dos Transportes, ouviu do Presidente a seguinte frase: "Tenho certeza de que, no rastro desse plano econômico, a Aliança Democrática conquistará facilmente a maioria absoluta na Constituinte".

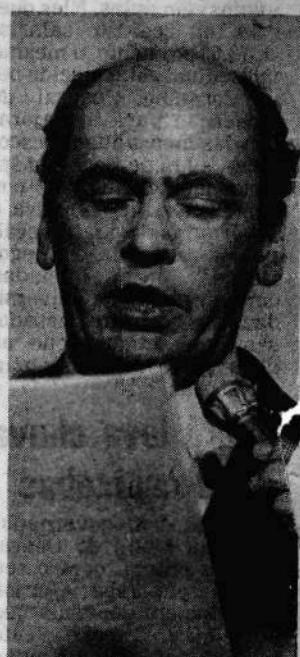
Além do Plano de Inflação Zero, principal realização do Governo no setor econômico, a cartilha falará sobre mudanças administrativas e políticas promovidas pelo Governo, como a inclusão do princípio das eleições presidenciais diretas na Constituição e a realização de eleições para prefeitos das capitais, no ano passado.

O porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita, procurou ontem minimizar a importância da cartilha, reivindicada pelos parceiros da

Aliança Democrática para usar na campanha eleitoral: "Ela servirá apenas para esclarecer a população", disse.

O fato é que o Conselho Político volta a reunir-se no Palácio do Planalto uma semana depois de o presidente S Sarney ter dito que só o convocaria novamente quando houvesse algum assunto relevante a ser discutido.

Os líderes Pimenta da Veiga e Alfredo Campos, do PMDB, e José Lourenço e Carlos Chiarelli, do PFL, discutirão ainda com Sarney e com os ministros Maciel e Brossard, as mudanças que serão promovidas na legislação eleitoral. Espera-se, que o PMDB e PFL cheguem a um acordo sobre pontos polêmicos como o problema da sublegenda, da candidatura nata e dos dois turnos.



Sepúlveda Pertence

## Comissão estuda a defesa do cidadão

Nenhum cidadão poderá ser interrogado pela polícia à noite. Este é um dos muitos direitos novos propostos pelo comitê que trata da Declaração de Direitos na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. A idéia, que integra as propostas finais do comitê e irá ao plenário da Comissão, foi lançada pelo ex-senador Mário Martins, com o objetivo de "resguardar a pessoa humana e acabar com a sensação de terror sobre o interrogado".

O trabalho do comitê apresenta direitos ligados à informática. Pela proposta, todo brasileiro poderá conhecer as referências e informações a seu respeito, exigir atualização e supressão das incorretas e o processo judicial de retificação será secreto.

Preocupado especialmente com a possibilidade de o cidadão ter sua intimidade

devassada por registros informáticos, José Afonso da Silva, autor da idéia, incluiu no trabalho do comitê o princípio da reserva da intimidade da vida privada e famílias nas residências:

"Esta reserva da intimidade — afirmou ele — é algo que se admite. Mas foi agora explicitado sobretudo quanto aos registros informáticos, que estão se expandindo cada vez mais, com a consequente devassa da vida das pessoas".

Outro direito do cidadão, de acordo com o trabalho do comitê, é o de alegação de imperativo de consciência para se eximir da obrigação do Serviço Militar. O reverendo Guilhermino Cunha, da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, foi quem apresentou a idéia, e o fez especialmente atento à questão religiosa. Depois de ressaltar que os evangélicos

prestam o serviço militar com 'imensa alegria', ele defendeu sua tese:

— Um sacerdote católico, dentro do seminário, ao invés de interromper a vocação sacerdotal, pode eleger imperativo de consciência. Esse imperativo poderia ser levantado também por um cristão numa ditadura absolutamente antieristá.

Segundo o reverendo, a objeção ao serviço militar pode ser feita por convicções religiosas e até mesmo ideológicas. Mais natural ainda seria a objeção em relação ao alistamento para a guerra para matar, o que contraria os princípios cristãos. De qualquer forma, o cidadão terá que prestar um serviço alternativo. Este serviço será estabelecido em lei ordinária e deverá ser prestado, em instituições de caridade, ou de caráter social, como a Legião Brasileira de Assistência.

## Ministro do STF defende Carta "real e concreta"

Belo Horizonte — O ministro Oscar Dias Correa, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem, em Belo Horizonte, em entrevista, antes de participar da instalação, na Assembleia Legislativa, do simpósio "Minas e a Constituinte", que o problema maior do Brasil, nesta área, "não é de Constituinte ou de Constituição, mas sim o de termos uma Carta Magna que seja verdadeiramente cumprida". Assinalou que as constituições brasileiras, em geral, "não

são cumpridas como deveriam sê-lo".

— Isto pode ser comprovado ao analisar-se a Constituição de 1946, a de 1967 e a emenda de 1969, que foram elaboradas, com exceção desta última, que foi outorgada, elas nunca saíram do papel para tornarem-se realidade, disse o ministro, que, como ex-deputado, também foi constituinte estadual em 1947. "O regime político e econômico, que prevalece hoje, na Nação, na realidade não é o que consta na

Constituição", destacou.

Para o ministro Oscar Dias Correa, por esta razão não adianta "ficarmos fazendo constituições de 20 em 20 anos, ou outro prazo qualquer, se os juristas, o governo e os políticos não se dispõem a cumpri-la". Acrescentou: "Já que agora vamos preparar uma nova Carta, espero que haja bom-senso e patriotismo nos constituintes de 1986. Todo o povo brasileiro, a começar das classes dirigentes, não deve medir esforços para torná-la algo concreto e real".

## "Defensor do povo" em debate

A criação da figura do "defensor do povo" deverá provocar debates no plenário da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que volta a se reunir no dia 5 de maio. A idéia foi aprovada por unanimidade por um dos comitês temáticos da comissão, mas encontra um ferrenho opositor: o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que representa, com essa posição, o pensamento do Ministério Público.

Pela proposta do comitê, o "defensor do povo" será responsável pela plena garantia do exercício da cidadania, a defesa dos direitos da pessoa frente ao Estado e à sociedade, a proteção do preso contra o abuso da autoridade, a defesa do meio ambiente e a realização da justiça social. O defensor será indicado pelo Presidente da República, em lista tripartite elaborada por organizações da sociedade e com a aprovação do Senado.

Sepúlveda Pertence sustenta que o Ministério Público, espalhado por todas as comarcas do País, poderá representar com vantagem o "ombudsman brasileiro", desde que com algum reforço de suas condições de independência. Esse entendimento, segundo o subprocurador Cláudio Fontelles, chefe do gabinete de Pertence, é unânime entre os procuradores.